

Como retomar o crescimento econômico

O Estado de S. Paulo

CLAUDIO ADILSON GONÇALEZ

ECONOMISTA E DIRETOR-PRESIDENTE DA MCM CONSULTORES. FOI CONSULTOR DO BANCO MUNDIAL, SUBSECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL E CHEFE DA ASSESSORIA ECONÔMICA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

Tenho argumentado que a retomada que se observa na atividade econômica é uma recuperação cíclica, não crescimento sustentado. Sair da recessão provocada pela pandemia mais rapidamente do que se esperava é, certamente, um fato positivo. Mas, quando a enorme capacidade ociosa que se iniciou na recessão do governo Dilma, fortemente ampliada no segundo trimestre de 2020, se extinguir, o País tende a voltar ao crescimento econômico pífio, talvez algo em torno de 2% ao ano. Nesse ritmo, levaríamos cerca de cinco décadas para dobrar nossa renda per capita.

O crescimento econômico depende da evolução de três variáveis: força de trabalho, estoque líquido de capital (máquinas, equipamentos e construções imobiliárias e pesadas) e produtividade total dos fatores de produção (PTF).

A primeira variável é determinada pela demografia, que nos é desfavorável. A taxa de crescimento da população total já é bem superior

à da força de trabalho, ou seja, nosso bônus demográfico se extinguiu. O Brasil está envelhecendo ainda pobre.

O estoque líquido de capital (ELC) evolui pelo diferencial entre as taxas de investimento e de depreciação desse estoque. Aqui também o panorama é desanimador. No primeiro trimestre de 2021, a relação Investimento/PIB chegou a 17,1%, segundo estimativas da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Se descontássemos as distorções introduzidas pela forma de contabilização das plataformas de petróleo da Petrobras, essa taxa seria ainda menor. Nos primeiros anos da década passada, o País investia quase 21% do PIB. O nível atual de investimento não chega a cobrir a depreciação, o que faz com que o ELC fique estagnado ou até mesmo caia, o que influi negativamente na taxa de crescimento potencial.

Diante desses dados, causa estranheza a recente nota informativa da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia afirmando que a atual recuperação do PIB se deve, sobretudo, à retomada dos investimentos pelo setor privado, como reflexo de várias políticas estruturantes implementadas nos últimos anos pelo governo. Novamente, Guedes e sua equipe comemoram dados favoráveis antes de analisá-los com cuidado.

A terceira variável, a PTF, depende de vários fatores que conduzam à eficiente alocação de recursos. Destaco aqui o mais importante deles, a inovação. Como argumentou bem o economista Marcos Mendes, em recente artigo na Folha de São Paulo, para um país de renda média como o Brasil, que está bem abaixo da fronteira tecnológica, investir

maciçamente em universidades e em ciência e tecnologia de ponta não é a melhor forma de incrementar a inovação. Em nosso caso, o caminho mais curto rumo à inovação é priorizar a absorção de tecnologias avançadas já disponíveis nos países desenvolvidos. Para isso, são necessárias ações em duas frentes.

A primeira, uma política educacional que favoreça o crescimento econômico. É necessário priorizar investimentos na educação básica e na formação técnica, de modo a capacitar a mão de obra para operar, absorver e identificar as inovações tecnológicas.

A segunda é a abertura da economia, com a retirada firme, embora não necessariamente abrupta, de barreiras protecionistas. Ao se inserir nas cadeias globais de valor, o País elevaria sua produtividade pela importação de insumos e bens de capital de melhor qualidade e, aos poucos, caminharia em direção à fronteira tecnológica.

Apesar de Paulo Guedes frequentemente prometer maior abertura da economia, pouco, ou quase nada, se avançou nessa direção. O presidente Bolsonaro dificulta enormemente a implementação do acordo do Mercosul com a União Europeia e dificilmente outros acordos comerciais importantes avançarão no atual governo.

Em resumo, o País necessita, mas ainda não tem uma agenda pró-crescimento.

Núcleo de Inteligência - Sedet
Edição 200 - Em 19 de agosto de 2021

Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do Governo do Estado do Ceará.